

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1236 - 07/10/2013 a 13/10/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



A PENÚLTIMA DE BRASÍLIA...

.....
É A INTERVENÇÃO DE GLEISI
NO PORTO DE PARANAGUÁ

FLORES

.....
Floricultura em
Marialva

LEITE

.....
As mil e uma
utilidades

THE ECONOMIST

.....
Os ingleses
pegam pesado

Aos Leitores



Jornalistas e leitores veteranos recordam que o Porto de Paranaguá era chamado de “pulmão do Paraná”. A linguagem figurativa não deixa de ser verdadeira e pode ser até ampliada na medida que o terminal portuário paranaense é o segundo do país. Esse ano a previsão é que pelo seu cais sejam exportadas 50 milhões de toneladas e 70% desse volume é constituído de produtos agropecuários e seus derivados. Consciente dessa importância e pelo fato das atividades portuárias influenciarem diretamente a renda dos produtores rurais do nosso Estado, a FAEP, sistematicamente, vem defendendo a modernização do Porto. Ocorre que o tratamento que o governo federal dedicado ao Paraná vem gradualmente se deteriorando, predominando interesses político-eleitorais sobre o interesse do Estado e do povo paranaense. É o que a ministra Gleisi Hoffmann tenta, como coordenadora das concessões portuárias, fazer com Paranaguá, rejeitando, através da Secretaria Especial dos Portos e da Antaq, os projetos apresentados pela Administração do nosso Porto. Talvez a ministra não esperasse, mas a FAEP e as demais entidades representativas da economia, como a Ocepar, se uniram para rebater, como diz a capa desta edição, “a penúltima de Brasília”. Afinal, sempre se deve esperar outra do Planalto Central.

Índice

Porto de Paranaguá.....	03
Flores	10
Soro	14
Seguro Rural.....	18
Transamazônica	20
The Economist.....	22
Silos	24
Vazio Sanitário	25
Consecana.....	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida.....	30

Fotos: Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória, Arquivo FAEP, Gilmar Santos, Lineu Filho, AEN e FIEP

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos, André Amorim e Tatiano Mavito | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Afinal, o que Brasília tem contra o Paraná?

Gleisi apoia projetos de concessão e arrendamentos contrário aos interesses da economia e dos paranaenses



Não tem sido fácil a vida do governo do Paraná nas suas relações com o governo Dilma. As posições estratégicas ocupadas pelos três paranaenses no Ministério – Gleisi Hoffmann, na Casa Civil; Paulo Bernardo, no Planejamento e Gilberto Carvalho, ministro secretário geral da Presidência da República, deveriam ao menos provocar um retorno adequado aos dividendos que o povo paranaense, através do trabalho e pagamento de impostos, credita ao Brasil.

Embora o Paraná apresente um perfil econômico-financeiro melhor que o do Rio Grande do Sul, governado pelo PT, nosso Estado encontra sólidas e súbitas barreiras para obter empréstimos dependentes de aval de Brasília, por exemplo. “Somos o quinto estado do Brasil que mais contribui com arrecadação para a União, mas apenas o 23º em recebimento de verbas federais”, costuma

lembrar o governador Beto Richa.

O mais recente exemplo do torpedeamento do interesse do Estado foi preparado nos gabinetes de Brasília, ou mais precisamente nos escritórios da empresa Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) tratando de licitações para o Porto de Paranaguá (confira na página 08).

Essa empresa teve a responsabilidade pelos estudos das concessões e dos arrendamentos dos terminais portuários do país. Não só isso, também atuou nos processos de concessão de estradas, portos e aeroportos. O senador Álvaro Dias requereu ao Ministério dos Transportes mais informações sobre a atuação da EBP, lembrando o fato dela “ter participado de reuniões na Casa Civil antes mesmo de autorizada a iniciar seus trabalhos para os arrendamentos nos portos” .



A proposta da EBP para o porto paranaense foi abraçada pela Secretaria Especial dos Portos (SEP) e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que antes detonaram solenemente e sem explicações 16 projetos apresentados pela Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá (Appa). O curioso é que os estudos são complexos em qualquer porto foram feitos em Brasília, embora se desconheça a existência na capital federal de algum cais, a não ser se assim forem considerados os trapiches dos lago Paranoá.

As propostas da APPA são resultado de exigência da antiga lei dos portos (8.630), obrigando todos os portos brasileiros a realizar o “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado – PDZPO”, mas o único que cumpriu foi Paranaguá, em agosto do ano passado (BI 1187).

Com mais de seis meses de duração, o trabalho foi realizado pela Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) e pelo Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans), instituições ligadas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), num plano de voo para duas décadas não só para o terminal portuário mas seu envolvimento com a cidade.

Otimista, o superintendente dos portos paranaenses, Luiz Henrique Dividino afirmou na época. “Esse Plano nos possibilitará realizar ações estabelecidas pelo Governo Beto Richa, viabilizar as parcerias público-privadas e buscar recursos para os projetos de expansão, junto ao governo federal”.

O otimismo de Dividino era justificável. O Plano de Zoneamento destacava a possibilidade de o porto diversificar e dobrar o volume de carga nos próximos 20 anos. Isso significa dizer que o porto, que atingiu um volume de 41 milhões de toneladas movimentadas em 2011, 50 milhões em 2012, poderia alcançar mais de 80 milhões nos próximos anos.

O Plano também desenha as novas áreas de expansão em Antonina, Imbocuí/Emboguaçu e em Pontal do Paraná, num total de 50 milhões de metros quadrados disponíveis para crescimento de área e retro área. Mesmo com esse crescimento previsto, o porto ainda conseguiria manter 80% de área preservada na baía.

E a APPA convocou empresas privadas interessadas na renovação dos arrendamentos vencidos na área portuária (silos, armazéns), para apresentar projetos de expansão.

Trabalho perdido, porque numa atitude de desrespeito com os paranaenses, e as principais instituições representativas dos setores econômicos do Estado, a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e encarregada de tratar os problemas dos portos brasileiros, tomou duas atitudes. A primeira foi convocar a Brasília o superintendente da APPA, Luiz Henrique Dividino, para comunicar que os projetos apresentados pela APPA estavam descartados. Isso ocorreu 24 horas antes de uma reunião, com a presença agendada da ministra, na sede da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), onde seria feita uma exposição sobre o destino do terminal paranaense, no último dia 27.

Sob a alegação de que o jatinho da FAB que a traria estava com problemas no trem da aterrissagem, como se a Aeronáutica não tivesse outros aviões, ela não apareceu. Em seu lugar vieram dois burocratas da Antaq e Sep.

Para preparar o ambiente, a ministra instrumentou o jornal *Gazeta do Povo* para dar a manchete: “Porto de Paranaguá terá investimento de R\$ 2,6 bilhões” no mesmo dia da reunião na FIEP (27/09). Durante o encontro, porém, seus representantes anunciaram um investimento de R\$ 1,6 bilhões, irritando a ministra. Armou-se uma correria para se acrescentar mais R\$ 1 bi, para coincidir com a informação de Gleisi ao jornal curitibano. A Secretária de Portos da Presidência da República (SEP/PR), às pressas, divulgou a nota “bilionária”, acrescentando o bilhão faltante.

Coube ao secretário de Planejamento e Desenvolvimento Portuário da Secretaria de Portos (SEP), Rogério Menescal, apresentar o plano do governo federal para concessão de áreas do Porto de Paranaguá.

Nele, o governo federal transforma 17 áreas no Porto de Paranaguá em 10 novos terminais a serem licitados nas áreas de grãos, fertilizantes, granéis líquidos, celulose, carga geral e veículos. Paranaguá ganharia seis novos berços. Com pressa, como se fosse tirar a mãe da forca, a Antaq deu o prazo até o final do mês para que os usuários e interessados nas concessões do terminal paranaense apresentem suas sugestões à Antaq.

O modelo apresentado pelo governo federal preocupa principalmente as cooperativas do Estado. “É um modelo que privilegia as grandes empresas globais. É um nível de investimento que somente elas têm condições de fazer e isso pode ser fatal para o cooperativismo local”, afirmou o diretor empresarial da Appa, Lourenço Fregonese.

Além de unificar as áreas, o vencedor da licitação também será responsável pela construção dos novos berços e do acesso ao porto. “Não foram consideradas as especificidades das cooperativas e do Paraná. É preciso que isto seja revisto”, disse o presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), João Paulo Koslowski. As cinco áreas de granéis sólidos, por exemplo, foram condensadas em três arrendamentos, com quatro novos berços.

Nesses terminais há hoje áreas de cinco empresas – União Vopak, Coamo, Cargill, Centro-Sul, Bunge – cujos contratos de concessão venceram entre 2012 e este ano. Assim como as seis empresas citadas acima, o contrato da Cotriguaçu – entidade que reúne as cooperativas Copacol, C.Vale, Coopavel e Lar – também está vencido. Os documentos da Casa Civil indicam, porém, que essa área não entrou no novo plano, porque seria tecnicamente inviável, por não estar localizada exatamente na área do porto organizado de Paranaguá e não poder ser licitada junto com as outras.



O produtor paga a conta

Embutido na proposta do governo federal para as concessões no terminal de Paranaguá estará seguramente um reajuste considerável (cerca de 300%) das tarifas portuárias. A Secretaria Especial dos Portos está interessada em aumentar as receitas da administração portuária pública. A APPA é contra. Atualmente cada tonelada de soja embarcada, por exemplo, paga US\$ 6,00 ao embarcador, dos quais US\$ 2,58 são destinados à administração portuária. Se ocorrer esse reajuste, será repassado aos donos da mercadoria: os produtores rurais.

O risco da Coamo e a insegurança jurídica

O terminal da Coamo, instalado desde 1990, ou seja há 23 anos, com recursos próprios da cooperativa no Porto de Paranaguá está em risco, apesar de sua eficiência na movimentação da produção agrícola destinada à exportação.

Seu terminal que movimenta carga própria e eventualmente de terceiros sempre é responsável pelo embarque de cerca de três milhões de toneladas.

Se não for dada continuidade ao arrendamento de sua área, onde estão diversas estruturas de recepção e movimentação de grãos, os produtores rurais e o sistema cooperativo brasileiro estarão seriamente comprometidos com os resultados econômicos do seu agronegócio.

Ocorre que esse complexo está instalado em duas áreas

contíguas, consequentemente a ausência de uma prejudicará totalmente a operação da outra, e vice-versa.

Esse panorama foi simplesmente ignorado pela Secretaria Especial de Porto e pela Antaq.

Qualquer proposta de mudança nos investimentos e áreas de arrendamentos que eventualmente venham a ser feita estará infringindo a regulamentação da lei, numa declarada tentativa de desencadear um processo de insegurança jurídica, preocupando operadores, usuários e principalmente inúmeros investidores interessados no Porto de Paranaguá.

Papagaio come milho, Periquito leva a fama

Faceiro como sabiá ao alvorecer, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou que a exportação de soja foi o destaque da balança comercial do país, rendendo US\$ 1,9 bilhão em setembro. Foi uma tentativa de desviar a atenção da notícia ruim para o governo. De janeiro a setembro, o comércio exterior do País acumulou um déficit de US\$ 1,6 bilhão, ante superávit de US\$ 15,702 bilhões em igual período do ano passado. É o maior déficit no acumulado dos primeiros nove meses do ano desde 1998, quando foi deficitário em US\$ 3,6 bilhões. O superávit de setembro é 15,9% menor que em setembro do ano passado.

O Ministério só esqueceu de informar que a maior parte desses dólares foi resultado da soja embarcada em Paranaguá. O patinho feio do sistema portuário brasileiro.





O Porto é nosso

Agricultura, indústria, comércio e serviços – 100% do Produto Interno paranaense estão unidos em defesa do Porto de Paranaguá. Em reuniões no dia 1º, em Paranaguá, com os operadores portuários, e dia 3, na sede da Ocepar, em Curitiba, o superintendente da APPA, Luiz Henrique Dividino detalhou o que o governo federal tenta impor para a operação do terminal paranaense.

A SEP e a Antaq marcaram para dia 21, em Paranaguá, uma audiência pública para ouvir sugestões sobre o processo de concessões e arrendamento das áreas portuárias. O processo será encerrado dia 25, em Brasília.

Não seria necessário tais audiências depois que as Federações e Associações que representam todos os setores da economia decidiram apoiar os projetos apresentados pela APPA e recusados pela SEP/ANTAQ.

A FAEP e o Porto

Essa questão do Porto interessa a toda a sociedade paranaense e principalmente aos 515 mil produtores rurais do Paraná. No ano passado o terminal movimentou 45 milhões de toneladas, das quais 70% de produtos agropecuários.

A infraestrutura e a logística são componentes fundamentais no chamado “Custo Brasil”, mas obras nessa área andam – quando andam - a passos de jabuti. A agilidade, competitividade e eficiência nas operações portuárias, rodoferroviárias, de armazenagem, etc, resultam em melhores preços pagos ao produtor.

Como organismo político de representação do setor rural, a FAEP vem atuando na multiplicação de informações de interesse do produtor, apoiando e patrocinando iniciativas que estimulem soluções para a economia paranaense e nacional.

E está atenta sobre movimentos inexplicáveis contra o nosso Estado, como é agora o caso do Porto de Paranaguá.



Álvaro: “A EBP é uma caixa preta”

A intensa atividade da empresa Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), uma sociedade formada pelo BNDES, Banco do Brasil, Espírito Santo, Bradesco, Citibank, Itaú BBA, Santander, HSBC e Votorantim, na área dos projetos de concessões, chamou a atenção do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Em julho passado, o senador paranaense encaminhou ao ministro dos Transportes, César Borges, um requerimento com surpreendentes indagações sobre a EBP. Como de hábito, em vez de abrir a “caixa preta”, como Álvaro classifica as operações da empresa, o Ministério preparará respostas evasivas para mantê-la fechada.

“A EBP tem sido a responsável pela formatação dos processos de concessão para a iniciativa privada de infraestrutura pública como estradas, portos e aeroportos. Trata-se, des-

te modo, de uma verdadeira caixa-preta as relações desta empresa com o governo”, lembra o senador em seu requerimento.

A empresa foi a responsável pelas concessões de três aeroportos - Guarulhos, Viracopos e Brasília e ficou com a responsabilidade pelos estudos das concessões no setor e dos arrendamentos de 95 terminais portuários, segundo o mesmo documento. “A EBP tem participado de reuniões na Casa Civil antes mesmo de autorizada a iniciar seus trabalhos para os arrendamentos nos portos”, relatou Álvaro.

Nas indagações ao ministro, o senador questiona o comportamento da empresa na área das concessões rodoviárias e dos maiores aeroportos do país.

“Tantos bilhões sendo discutidos por prazos que podem chegar até 40 anos, mas, pasmem, não houve, em nenhum caso, abertura de chamada ou concorrência pública para a apresentação dos estudos. Formalmente, o governo não tem relação contratual com a EBP. Dá apenas uma autorização, por meio de portaria ministerial, para a elaboração de estudos técnicos”, se surpreendeu Álvaro.



Governo do Estado investe R\$ 175 milhões

DRAGAGEM, CARREGADORES E VIAS DE ACESSO SÃO OS ALVOS

No último dia 30, foram assinados pelo governador Beto Richa contratos para o início de três importantes obras no Porto de Paranaguá. Os investimentos somam R\$ 175,7 milhões e incluem uma nova campanha de dragagem, aquisição de novos carregadores de navios e obras de recuperação das vias de acesso ao porto.

“São investimentos consistentes, um dos maiores que o porto já conheceu, na busca permanente, ao longo do nosso governo para modernizar e garantir mais agilidade e eficiência ao terminal”, afirmou o governador.

A maior parte do investimento será destinada para a realização da dragagem de manutenção. Serão investidos R\$ 115 milhões na obra, que compreende uma dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e Antonina: canais de

acesso, bacia de evolução e berços de atracação. A obra será realizada ao longo de um ano e estima-se que sejam retirados cerca de sete milhões de metros cúbicos de sedimentos.

O governador também assinou o contrato com a empresa Tecnologia em Movimentação, vencedora da licitação para substituição de quatro carregadores de navios (shiploaders). A Appa investirá R\$ 59 milhões na compra destes shiploaders, que vão proporcionar um ganho na produtividade de carregamento do Corredor de Exportação na ordem de 33%.

É a primeira remodelação de grande porte que o Corredor de Exportação recebe em 40 anos. “Os atuais carregadores de navios, que são dos anos de 1970, estão obsoletos. A troca por equipamentos mais modernos irá dar mais eficiência e mais agilidade no embarque e desembarque de caminhões e navios.

“Estamos trazendo novamente o Porto de Paranaguá para uma posição de destaque no cenário nacional”, destacou o superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, Luiz Henrique Dividino.

Foi ainda assinado um acordo de cooperação entre a APPA e o município de Paranaguá para obras em vias de acesso ao porto. Serão investidos R\$ 2,4 milhões em recursos próprios para a realização das obras.

Das uvas para as Flores

Produção de flores em Marialva cresce como opção à fruticultura

Por André Amorim

Conhecida como a capital das uvas finas, a cidade de Marialva, localizada a 19 quilômetros de Maringá, está mais florida ultimamente. Isso porque muitos produtores do município estão trocando os cachos da fruta por rosas, crisântemos, gérberas e outras espécies, que encontram na região clima e solo propícios para florescer com força e vigor, além de um mercado promissor para absorver a produção.

A escolha não é desmedida, segundo dados do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), o faturamento do setor de flores vem crescendo a uma média de 12% ao ano nos últimos 10 anos. Entre 2012 e 2013 o consumo per capita passou de R\$ 14,00 para R\$ 23,00.

Além disso, o ciclo rápido das plantas, que brotam o ano inteiro, e a alta demanda do mercado – garantido principalmente pelo setor de decoração de festas de Maringá – está atraindo diversos

produtores do município, que aproveitam a estrutura que já utilizavam nos parreirais para o cultivo de flores. Este foi o caso de Gildo Fineto, que há dois anos iniciou sua atividade na floricultura depois de trabalhar com uvas por 15 anos. “A gota-d’água foi a dívida com o veneno”, lembra ele ao justificar a mudança de ramo. “A uva tem que investir com força e o comprador paga muito pouco”, lamenta.

Utilizando uma estrutura coberta de 6 mil m² onde antes havia parreiras, Fineto cultiva 12 mil pés de rosa de cores variadas, que produzem cerca de 1.200 dúzias por semana. Cada dúzia de rosas é comercializada por cerca de R\$ 5,00. “Cliente não falta, o que tá tirando tá vendendo”, comemora.

Para realizar a migração para as flores, Fineto investiu aproximadamente R\$ 40 mil em estruturas de irrigação, compra de insumos e a instalação de uma câmara fria. A parte mais cara, que é a estrutura coberta, já era utilizada no cultivo de uvas. Se tivesse que



pagar por essa benfeitoria ele calcula um acréscimo de R\$ 100 mil na conta.

Expertise paulista

Um dos idealizadores do cultivo de flores na região é o produtor Emerson Couto, que trouxe para Marialva a experiência que tinha há mais de 20 anos com produção de flores em Atibaia (SP). Segundo ele, um estudo de mercado realizado preliminarmente identificou que as flores consumidas na Região Norte do Paraná vinham todas de fora, apontando para uma oportunidade de suprir esta demanda com uma produção local.

Além disso, as características do clima da região, mais seco e mais frio do que o encontrado na região da Bragança Paulista, e o solo basáltico fértil do Estado – a terra roxa - tornaram esta opção ainda mais atrativa. “Se na Holambra eles tivessem esse clima e esse solo, ninguém segurava”, afirma ao referir-se ao município de Holambra, maior centro produtor de flores e plantas ornamentais da América Latina, localizado no interior de São Paulo.

O principal segredo para uma boa rentabilidade no ramo das rosas, segundo Couto, é o manejo das plantas, principalmente as podas, que devem ser feitas regularmente de forma a estimular a produção escalonada dos botões. “Sem o manejo certo ela não brota. Também tem que manter a parte folhosa, que é o estômago da planta”, explica. Como consequência deste trabalho, o custo em mão de obra é alto. O cálculo básico é um trabalhador para cada 5 mil pés de rosa. Com 50 mil roseiras, Emerson tem 10 pessoas trabalhando na produção, entre familiares e trabalhadores que atuam no regime de parceria rural. Num total de 20 mil m², ele cultiva rosas (pink, amarela, carola, branca e laranja), lisiantos e crisântemos. Este último é todo mantido em estufa por se tratar de uma variedade mais frágil.

Cada flor tem uma característica, mas o cuidado é o mesmo. O fungicida é aplicado semanalmente e o inseticida de duas a três vezes por semana. No caso das rosas, cada novo botão deve ser protegido com uma capa de tela, que acompanha a flor até a sua comer-

cialização. Além de proteger as pétalas do apetite de percevejos e durante o transporte, ela também aumenta o tamanho da flor em 25%.

Frágil

Ao lado de doenças como a pinta-preta, a antracnose e o oídio, o principal inimigo das flores é o trips, um pequeno inseto que penetra no bulbo da flor, devorando-a de dentro para fora.

As rosas também são vulneráveis ao frio. Segundo Couto, no inverno a produtividade das plantas cai até 70%. Por conta das geadas de julho e agosto deste ano, as roseiras sofreram perdas significativas na região. “Perdi tudo, faz 90 dias que não tenho produto para entregar”, diz.

Flores variadas

Por conta da demanda do mercado, puxado principalmente pelo setor de festas (casamentos, formaturas, etc.), funerárias e floriculturas, as rosas são as flores mais cultivadas no município de Marialva, mas não são as únicas. Os

produtores combinam entre si o que plantar para haver diversidade de produtos e para não inundar o mercado com o mesmo tipo de flor.

Com a ajuda da esposa, o produtor Claudinei Aparecido Zanin, cultiva gérberras, ásteres e tangos em sua propriedade. Ele também migrou para as flores depois de trabalhar com uvas durante 20 anos. Seus irmãos, que produzem nas áreas vizinhas, também deixaram a fruta para cultivar hortaliças. “Arranquei a última parreira em janeiro”, conta Zanin.

Sua produção se divide em três estufas. Em 800m² ele cultiva 2.500 mudas de gérberra. Semanalmente ele colhe cerca de 70 dúzias da flor que vende por cerca de R\$ 7,00. Em tempos de baixa produtividade esse número cai para 10 dúzias por mês.

A gérberra exige menos manejo do que outras flores. “É só limpar, passar veneno e colher”, diz Zanin. Porém, também demanda mais proteção, por tratar-se de uma variedade mais frágil, não sendo recomendada sua criação fora de estufas. As mudas de cores variadas vêm de fora do país. Sua reprodução no Brasil esbarra nos direitos comerciais das variedades, e é necessário pagar royalties pelo seu uso.

Zanin também possui 13 mil pés de tango (ramos com pequenas flores amarelas) e outros 18 mil pés de áster (pequena flor branca semelhante a uma margarida que dá em numerosos galhos). Diferentes de outras flores, estas espécies necessitam de luz artificial

para crescer com mais intensidade.

Assim como outros produtores que migraram da uva para as flores, ele também aproveita a estrutura coberta dos parreirais para produzir. Ambos, áster e tango, são vendidos em maços por cerca de R\$ 3,00 cada. Em sua propriedade, ele colhe semanalmente 80 maços de tango e outros 80 de áster. “Não colho mais porque não tem mão de obra para isso, eu e minha esposa perdemos muito tempo vendendo”, conta.

Cooperação

Para potencializar a produção local de flores de Marialva, 15 produtores se reuniram em torno da ideia da criação de uma cooperativa. Segundo Emerson Couto, o grupo já deu entrada na documentação necessária e agora planeja os próximos passos dessa formatação. A principal função dessa cooperativa seria organizar as relações com os compradores e reduzir os custos de transporte. “Para melhorar teríamos que ter um caminhão e umas fiorinos”, observa.

Para otimizar e organizar a distribuição, a cooperativa compraria a produção do grupo e venderia para os clientes. “Muitas vezes falta flor de um para atender um pedido, mas o outro tem para emprestar. Como são quase sempre os mesmos clientes, essa organização iria facilitar”, avalia.



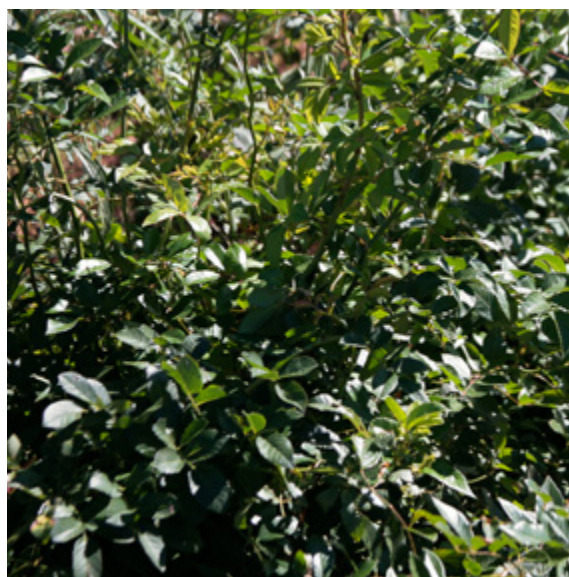
Emerson Couto: Dez trabalhadores para cuidar de 50.000 roseiras

Uva perde espaço na produção

As fortes geadas e a falta de mão de obra nos parreirais fizeram a uva perder espaço em Marialva nesse ano. Segundo o representante do sindicato rural do município na Comissão Técnica de Hortifruticultura da FAEP, José Carlos Marteli, dos cerca de 1.000 hectares dedicados à produção de uva, 200 migraram para outras culturas de retorno mais rápido, como hortaliças e flores.

As duas geadas intensas ocorridas em julho e agosto castigaram os parreirais e acabaram com a produção que seria colhida no final do ano. “Tivemos que podar as partes que a geada queimou, sobrou só o esqueleto da guia da uva”, conta Marteli. Com isso os produtores teriam que começar a produção praticamente do zero. “Aí é um ano e meio para produzir e mais uns três meses para receber do comprador. Desestimula muito”, avalia.

Outro desestímulo foi a falta de mão de obra. Como muitos produtores de uva trabalham com o regime de parceria rural, a demora no retorno financeiro em decorrência das geadas fez com que muitos destes parceiros abandonassem o campo. Para Marteli, o ideal seria que houvesse uma linha de crédito subsidiada para que os produtores pudessem manter o parceiro rural na atividade. “Para ele poder cuidar dessa área de uva até voltar a produzir”, diz.



Fábrica de Rosas

Esse arbusto, que mais parece uma roseira sem flores é um elemento indispensável para garantir a produtividade de rosas. Trata-se do “cavalo”, como chamam os produtores, uma planta neutra que serve como base para fazer novas mudas de roseiras.

A técnica consiste em cortar um pedaço do caule do cavalo, cravá-lo no solo e nele colar, com uma fita, um broto da espécie de rosa que se deseja reproduzir. Após 40 dias, ambas as plantas se fundem e está aí uma nova muda. “É um porta-enxerto”, explica Emerson Couto. Segundo ele, é necessário renovar as roseiras a cada seis anos, pois conforme envelhecem as plantas perdem a força para continuar florindo.

A cidade das orquídeas

Outra cidade que apostou na produção de flores foi Maripá, no oeste paranaense. Conhecida como “Cidade das Orquídeas”, ela abriga uma Associação formada por 14 produtores que produzem a flor para comercialização, a maioria feita através da internet.

Segundo o orquidicultor Elemar Stibbe, diferente de rosas, gérberas e outras flores produzidas no Estado, o ciclo de produção da orquídea demora entre dois e quatro anos. A planta também tem um valor agregado maior, com preço variando entre R\$ 10,00 e R\$ 30,00 a unidade, mas há plantas mais raras cujo preço pode ultrapassar os R\$ 500,00. Com 200 mil mudas cultivadas em estufa, Stibbe comercializa em média 3 mil flores por mês, metade delas pela internet.

Segundo a produtora Lilian Szimanski, a orquídea pode ficar até 30 dias sem água, por isso resiste ao transporte, que é feito via correio no caso das vendas on-line. Segundo ela, os principais compradores são pessoas que já tem algum conhecimento sobre o cultivo de orquídeas e também colecionadores.



Mil e uma utilidades

Soro de leite, resíduo ou fonte de renda?

Por Kátia Santos



O leite pode ser considerado um exemplo clássico da Lei da Conservação das Massas ou a Lei de Lavoisier (1760), o francês considerado pai da química, onde decifrou que “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. O leite é um composto, de 3 a 4% de proteína, 3,5 a 5,3% de gordura, 5% de carboidratos e 87% de água.

Além do leite nosso de cada dia, dezenas de subprodutos abastecem a mesa, entre eles o mais apreciado é um produto que ficou conhecido antes dos romanos dominarem boa parte do mundo: o queijo. É no processo de sua produção que se retira a parte sólida (gordura, proteína e carboidratos) e o que sobra é o soro de leite, que apesar de ser líquido, ainda tem resíduos sólidos. É do soro que surgem grandes variedades de subprodutos industrializados e comercializados.

Para cada quilo de queijo produzido são utilizados 10 litros de leite, com pequenas variações dependendo do tipo de

queijo. E o destino que a agroindústria dá ao soro do leite pode se transformar em uma nova fonte de renda, mas quando descartado na natureza, o soro de leite é altamente contaminante.

Projeto Embrapa

O Brasil é um grande importador de soro (de leite) em pó; no ano passado foram 24 mil toneladas, segundo a Embrapa Agroindústria de Alimentos, que desenvolve um projeto internacional com a Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (Ausaid), Uruguai, Argentina e Colômbia. O foco desse projeto são as pequenas queijarias e o objetivo é criar alternativas de aproveitamento do soro para que elas possam agregar valor ao resíduo resultante da produção de queijos.

O soro em pó tem uma proteína de alto valor biológico que pode ser utilizado na melhoria de ração animal ou pela indústria

alimentícia na produção de ricota, bebidas lácteas, panificação, iogurtes e suplementos alimentares. “As pequenas queijarias descartam o soro no meio ambiente, o que é muito prejudicial, pois o soro é altamente contaminante”, explica o pesquisador da Embrapa e coordenador do projeto, Amauri Rosenthal.

Existem várias tecnologias de processamento do soro do leite, definidas de acordo com a sua utilização pela indústria alimentícia. Por exemplo, se a finalidade é produzir o Permeado de Soro é utilizado um processamento que separa a proteína da lactose e sais minerais criando o produto que é utilizado na fabricação de chocolates, panificação e formulação de ração animal (suínos e bovinos).

O projeto da Embrapa quer oferecer além das possibilidades de processamento e criação de cinco produtos finais (soro em pó, isolado proteico, mistura láctea, permeado de soro e gorduras), também a geração de energia através do biogás produzido a partir do soro. “Essa seria uma alternativa para as regiões onde o volume de produção do soro é pequeno e não compensa o investimento em equipamento de concentração e processamento”, completa Rosenthal.

Na primeira fase do projeto, a Embrapa fará o mapeamento da produção de soro em duas pequenas regiões nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O pesquisador explica que nessas regiões serão feitas adequações tecnológicas tanto no processo de industrialização do soro como no processo de produção de energia.

A Sooro de Mal. C. Rondon

O Paraná, que é o terceiro produtor de leite do país com 3,8 bilhões de litros produzidos em 2011, grande parte desse volume é destinado a produção de queijos cujo o processo de fabricação gera milhões de litros de soro. O processo de aproveitamento e industrialização do soro é feito por três indústrias: a Sooro, instalada no município de Marechal Cândido Rondon, oeste do Estado; a Agro-Industrial Cooperativa Central (Confepar), que mantém esse serviço em uma das unidades de Londrina, norte paranaense, e a Lactojara, que tem sua unidade de produção de queijos em Tapejara, noroeste do Estado. Em média elas pagam R\$ 0,30 centavos por litro de soro fluído e R\$ 0,70 de soro concentrado.

A Sooro é a indústria mais desenvolvida em termos de reaproveitamento do soro de leite. Ela processa e produz cinco subprodutos muito disputados pelo mercado de produção de alimentos.

Atualmente ela compra soro das queijarias localizadas num raio de 150 quilômetros de sua sede, tanto o fluído (líquido que é extraído do processo de fabricação do queijo) como o soro concentrado. Se a agroindústria tem equipamentos para processar



o soro e extrair um terço da água, a indústria consegue adquirir o concentrado de uma distância de até 350 quilômetros.

“A coleta do soro é diária assim como o leite. Trabalhamos com normas de transporte e conservação para manter a qualidade do soro assim como a do leite. Quando o produto chega à indústria analisamos a acidez, temperatura, densidade, se houve adição de conservantes ou antibióticos e fazemos o controle microbiológico”, explica o engenheiro de alimentos e gerente de produção da Sooro, Helio Alves Garcia.

Outra estratégia dessa indústria para garantir o padrão de qualidade do soro é a manutenção de um atendimento técnico ao fabricante. Profissionais avaliam a capacidade técnica da agroindústria e auxiliam os produtores a calcularem a viabilidade econômica da atividade e a programarem o aumento de produção.

“Esse processo contribui também para que o produtor visualize sua rentabilidade e comece a planejar a possível aquisição de equipamentos, que transformam o soro fluído em concentrado. Assim ele conseguirá planejar o aumento da produção, beneficiar o soro e elevar seu retorno financeiro”, comenta Garcia.

Por dia a indústria recebe um milhão de litros/dia de soro, desse total 60% é pré-concentrado e 40% fluído. A indústria ocupa uma área de 75 mil m² com uma área construída de 10 mil metros. Gera 220 empregos diretos e mais de 300 indiretos.

Os equipamentos têm capacidade de processar 80 toneladas de soro de leite por dia, mas todo o volume recebido hoje é de 60 ton/dia. Todos os subprodutos da Sooro são direcionados para a indústria e vendidos apenas no atacado, são eles:

- **1 – Soro de leite em pó** é o produto mais convencional. Após o processo de concentração e secagem, ele é embalado e utilizado na fabricação de sorvetes, salgadinhos, panificação, bebidas lácteas, ração animal, indústria farmacêutica e iogurtes.
- **2 - Whey Protein Concentrate (WPC)** ou concentrado proteico é obtido através de separação parcial das proteínas do soro de leite por processos de filtração por membranas. Para obter o WPC é preciso concentrar o soro por evaporação e em seguida fazer a desidratação. O WPC é muito utilizado por atletas como suplemento alimentar. Na indústria alimentícia é usado como substituto de gorduras em iogurtes e queijos processados dando ao produto final maior cremosidade.
- **3 - Permeado de soro** é obtido através do processo de separação dos sais minerais, lactose e proteína. O permeado é composto de lactose e sais minerais. É muito utilizado na fabricação de chocolates e na formulação de ração animal para suínos e bovinos.
- **4 - Mistura láctea** é um produto desenvolvido pela própria Sooro. É um composto de soro de leite e permeado de soro. Também utilizado pela indústria de alimentos e na ração de animais.
- **5 – Gorduras** utilizadas pela indústria de alimentos na fabricação de creme de leite e manteiga.

Outro aspecto levantado por Garcia é a questão ambiental, que hoje exige que as indústrias de queijo façam a destina-

ção correta dos resíduos. “Mesmo com as lagoas de tratamento de efluentes o soro de leite não pode ser jogado nas lagoas. Apesar de ser muito contaminante é também um produto com alto valor proteico”, finaliza.

Em Londrina, a Confepar



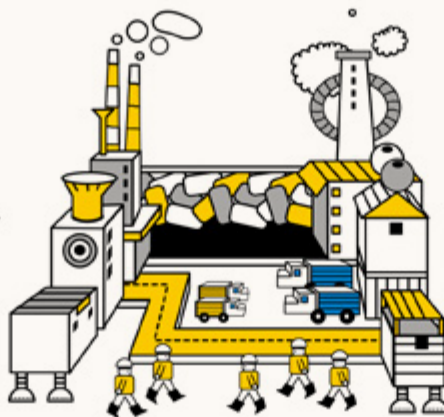
A Confepar é a indústria de processamento de soro de leite do Norte do Estado com três torres (duas desde 1982 e uma em 2006) de secagem com capacidade total de processar 700 mil litros de soro/dia. O tecnólogo em processos industriais e supervisor de produção da Confepar, Fabiano Carvalho explica que cada torre tem um custo de implantação de R\$ 25 milhões (valores atuais) e foram projetadas inicialmente para a produção de leite em pó.

“Como nos últimos 10 anos a procura pelo leite em pó tem caído, redirecionamos nossa estrutura de secagem para o

PROPRIEDADE RURAL



AGROINDÚSTRIA



100 LITROS DE LEITE

PRODUÇÃO



10KG DE QUEIJO

soro. Assim, conseguimos diminuir a ociosidade do equipamento. Hoje, além de produzirmos o soro em pó da marca Confepar, também prestamos esse serviço de secagem para a agroindústria Lactojava”.

A Confepar processa por dia 400 mil litros/dia tanto do soro fluído como o concentrado. Somam-se a esse volume outros 270 mil litros que vem de Tapejara. Além do soro em pó, a Confepar produz bebidas lácteas, creme de leite, leite em pó, pasteurizado, desnatado e UHT.

Para atender à legislação ambiental a Confepar tem uma estrutura para tratar os efluentes com três lagoas. Para essas lagoas são destinadas as águas de higienização diária dos equipamentos misturados a produtos químicos e de limpeza. Já as torres são lavadas a cada 30 dias e a primeira água dessa limpeza é concentrada num teor de 15% gerando três mil litros de alimento para suínos. “Nós doamos aos suinocultores da região, porque esse produto não pode ser jogado nas lagoas de tratamento”, completa Carvalho.

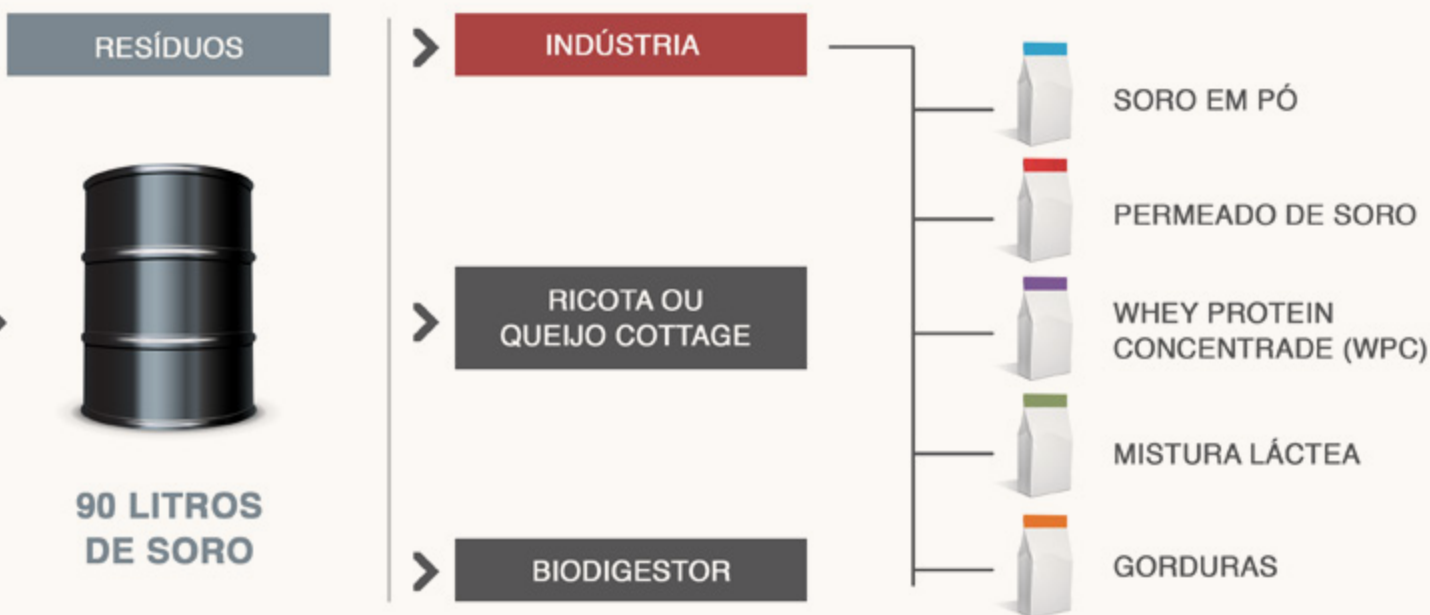
Lactojava de Tapejara

A Lactojava é uma agroindústria instalada no município de Tapejara, que comercializa seus produtos com a marca PiC NiC e recebe diariamente 300 mil litros de leite para produzir 30 toneladas de queijos (prato, mussarela, minas frescal, minas padrão e requeijão), manteiga e creme de leite. Toda essa produção gera um volume de 270 mil litros de soro de leite, que é concentrado na proporção de 3/1 e percorre uma distância de 200 quilômetros para ser transformado em soro em pó e engrossar a carta de produtos da empresa.



O laticínio adquiriu os equipamentos para concentração do soro de leite há sete anos e antes disso vendia o resíduo da produção de queijo para a Sooro, de Marechal Cândido Rondon. A responsabilidade pela qualidade do soro do leite e demais produtos é do tecnólogo de alimentos e gerente de controle de qualidade, Juliano Valério. “Nossa estrutura é capaz de concentrar um volume maior de soro de leite, mas como mantemos um padrão de qualidade rigoroso, trabalhamos só com o soro produzido na nossa indústria”, ressalta.

Já a destinação correta dos resíduos proveniente da limpeza dos equipamentos do laticínio fica a cargo do químico industrial Claudemir Baptista. Ele explica que a indústria mantém cinco lagoas e um pulmão onde a água é tratada e doada aos suinocultores da região. “Estamos analisando um projeto de aproveitamento da água de limpeza para a produção de permeado de soro aproveitando melhor esse subproduto”, finaliza.



Seguro Rural: as opções para milho e o café



O grupo segurador Banco do Brasil (BB) e a Mapfre lançaram no início de setembro o seguro de faturamento para as culturas de milho e café. Há três anos já existe uma cobertura disponível de faturamento para a soja que nesse período teve 1.018 apólices de contratações no Paraná. O seguro de faturamento garante o pagamento de indenização em decorrência da diferença que se registre entre faturamento garantido e o faturamento obtido com a produção. A nova modalidade de seguro está disponível no Estado e considera os riscos climáticos e a redução do preço da cultura segurada.

Na hora de contratar o seguro para a cultura de café, por exemplo, o preço considerado é a média das últimas 15 cotações de preço futuro do produto com vencimento para setembro 2014, considerando em reais (R\$). Além disso, leva-se em conta também a média das últimas 15 cotações do dólar (PTAX800) que antecedem a data de contratação do seguro. No caso do milho, a média é

das últimas 15 cotações do preço futuro do grão com vencimento para maio 2014, já em reais (R\$).

Durante a colheita, para as duas culturas o preço considerado é o valor do produto discriminado em reais (R\$) por saca e será calculado por meio da média dos últimos 15 (quinze) preços de fechamentos diários (dias úteis) do Indicador de Preço Disponível Esalq/BM&FBOVESPA - disponível na Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros (BM&FBOVESPA), anteriores à data de execução do seguro, convertido em reais (R\$) por saca, ambos expressamente discriminados na Apólice/Certificado de seguro.

Os níveis de cobertura para a contratação são de 60% a 70% do faturamento total. Essa modalidade de seguro rural tem subvenção de 40% ou 60% do prêmio dependendo da cultura e região, o que reduz o custo de aquisição do seguro pelo produtor. Confira na página seguinte uma simulação de contratação e sinistro de seguro de faturamento de milho no Paraná em Toledo, e de café em Abatiá.

UF / MUNICÍPIO	PR / TOLEDO
CULTURA	MILHO VERÃO
ÁREA SEGURADA (HA)	100,0
CULTURA IRRIGADA	não
COBERTURA BÁSICA DO FATURAMENTO	
PRODUTIVIDADE MÁXIMA ESPERADA (kg/ha)	8.020
PRODUTIVIDADE MÁXIMA ESPERADA (sc/ha)	133,67
PREÇO BASE (R\$/saca) (*)	R\$ 25,00
FATURAMENTO ESPERADO	R\$ 334.166,67
NÍVEL DE COBERTURA	65%
FATURAMENTO GARANTIDO	R\$ 217.208,33
VALOR DO PRÊMIO	15.204,58
PERCENTUAL DE SUBVENÇÃO	60%
VALOR DA SUBVENÇÃO	R\$ 9.122,75
VALOR DO PREMIO PRODUTOR	R\$ 6.081,83
PRODUTIVIDADE COLHIDA (sc/ha)	100,00
PREÇO NA COLHEITA	R\$ 20,00
FATURAMENTO OBTIDO	R\$ 200.000,00
INDENIZAÇÃO	R\$ 17.208,33

VEJA UMA SIMULAÇÃO PARA A CULTURA DE CAFÉ EM ABATIÁ, POR EXEMPLO.

UF / MUNICÍPIO	PR/ABATIÁ
CULTURA	CAFÉ
ÁREA SEGURADA (HA)	30,0
CULTURA IRRIGADA	não
COBERTURA BÁSICA DO FATURAMENTO	
PRODUTIVIDADE MÁXIMA ESPERADA (kg/ha)	1.696
PRODUTIVIDADE MÁXIMA ESPERADA (sc/ha)	28,27
PREÇO BASE (R\$/saca) (*)	R\$ 280,00
FATURAMENTO ESPERADO	R\$ 237.440,00
NÍVEL DE COBERTURA	65%
FATURAMENTO GARANTIDO	R\$ 154.336,00
VALOR DO PRÊMIO	14.994,48
PERCENTUAL DE SUBVENÇÃO	40%
VALOR DA SUBVENÇÃO	R\$ 5.997,79
VALOR DO PREMIO PRODUTOR	R\$ 8.996,69
PRODUTIVIDADE COLHIDA (sc/ha)	20,00
PREÇO NA COLHEITA	R\$ 230,00
FATURAMENTO OBTIDO	R\$ 138.000,00
INDENIZAÇÃO	R\$ 16.336,00

Glossário seguro

Quando se faz um seguro rural é impossível não falar em prêmio, sinistro, cobertura, importância segurada, endosso, regulação de sinistro, entre outros termos. Saiba um pouco mais sobre o significado de cada um deles:

Cobertura - é a designação genérica dos riscos assumidos pelo segurador;

Endosso - documento, emitido pela seguradora, por intermédio do qual são alterados dados e condições de uma apólice, de comum acordo com o segurado;

Importância segurada - valor máximo de responsabilidade assumida

pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos;

Prêmio - é o valor que o segurado paga à seguradora pelo seguro para transferir a ela o risco previsto nas condições contratuais. É o valor pago para adquirir o seguro;

Regulação de sinistro - conjunto de procedimentos realizados na ocorrência de um sinistro para apuração de suas causas, circunstâncias e valores envolvidos, com vistas à caracterização do risco ocorrido e seu enquadramento no seguro;

Sinistro - ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro;

Fonte: Superintendência de Seguros Privados (Susep)

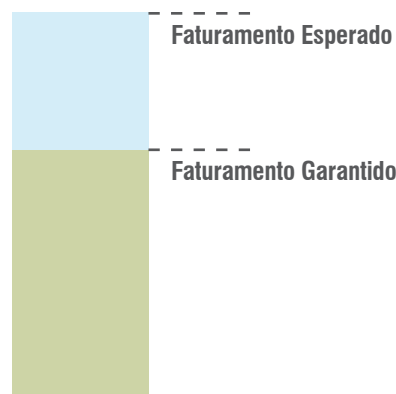
Entenda o que é faturamento esperado e faturamento garantido

Produtividade Esperada: 50 sc/ha
 Preço Base: 45 R\$/sc x 10% Deságio = 40,50
 Área Segurada: 100ha

Faturamento Esperado: R\$ 202.500

Nível de Cobertura: 70%

Faturamento Garantido: R\$ 141.750



TRANSAM

UM BISTURI CORTANDO A AMAZÔNIA



O “Fantástico” da Rede Globo vem mostrando uma série de reportagens com o aventureiro Lu Marini sobrevoando num parâmotor – parapente que decola impulsionado por um motor carregado nas costas – a Transamazônica. Lá de cima é fácil, mas em terra, percorrer os mais de 4 mil quilômetros de sua extensão é literalmente dose pra leão.

A BR-230, sua matrícula no mapa rodoviário nacional, foi projetada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), sendo uma das chamadas “obras faraônicas” devido às suas proporções gigantescas, realizadas pelo regime militar.

É a terceira maior rodovia do Brasil, com 4 223 km de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba à Lábrea, no Amazonas, cortando sete estados brasileiros; Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Nasce na cidade de Cabedelo, na Paraíba, e segue até Lábrea, no Amazonas.

Atualmente, a BR-230 tem, segundo dados de guias rodoviários, 2.656 km asfaltados e 1.577 km de terra, totalizando 4.233 km entre o Nordeste e a Amazônia. Planejada pelo governo federal para integrar a região Norte, a Transamazônica foi inaugurada em 30 de agosto de 1972 e aos 41 anos de existência convive com dois ciclos bastante distintos: as secas do verão, que transformam os trechos de terra em corredores de poeira, e as chuvas, que durante seis meses se encarregam de criar os mais cruéis atoleiros em centenas de quilômetros de lama.

Os meses de chuva não trazem apenas o inconveniente da lama e caminhões atolados noite adentro em meio à selva. Tal situação também encarece o frete, prejudicando a competitividade dos preços de produtos da região e mantendo isoladas as comunidades e regiões sem acesso à rapidez do transporte rodoviário.

O empresariado local também reclama que tal situação

IAZÔNICA

prejudica duplamente os preços de produtos - são obrigados a pagar mais caro pelo que chega à região e a baixar o preço dos produtos destinados a outras áreas, por causa da condição rodoviária.

Até mesmo uma simples visita ao médico exige dezenas de quilômetros de viagem pela lama em época de chuva, demandando, muitas vezes, desvios por rios para encurtar o tempo de percurso.

Se tivesse sido aberta na Europa, a Transamazônica cruzaria o continente de Lisboa a Moscou. O projeto original previa a fronteira com o Peru como ponto final, mas o último trecho nunca

foi construído. A parte nordestina, com cerca de 2.000 quilômetros, é asfaltada e pode ser usada durante todo o ano. As obras andam a passo de jabuti no trecho amazônico, mantido o ritmo atual, levará mais vinte anos para o serviço terminar. A estrada que atravessa a maior floresta tropical do planeta permite uma visão dolorosa das mazelas do Norte brasileiro. No trecho dentro da Amazônia Legal vivem 1,2 milhão de pessoas e o índice de analfabetismo é o dobro da média nacional. A parte mais próspera é no Pará, onde a floresta derrubada foi substituída por pastagens, fazendas, vilas e cidades que vivem em função da rodovia.

Ferrovias

Dos 29.798 quilômetros de ferrovias que existem no Brasil, mais ou menos 10 mil foram construídos pelo imperador Dom Pedro II, tem cara do século 19, construídas seguindo uma lógica que não se aplica mais aos dias de hoje. Apenas 25% do que é produzido nos campos chega aos portos por trilhos. O governo federal já anunciou que planeja construir 10 mil quilômetros até 2025, mas tem sido muita conversa e pouca ação, as promessas ferroviárias para o Paraná são o exemplo disso.

Rodovias

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o país possui pouco mais de 1,7 milhões de quilômetros de estradas, dos quais apenas cerca de 10% são pavimentadas, num total de aproximadamente 172.897 quilômetros. Destes, 57.211 km são de estradas federais (33%), 94.753 km são de estradas estaduais (55%) e 20.914 km são de estradas municipais (12%). Oitenta por cento dos pavimentos têm mais de dez anos.

Enquanto isso nos EUA...

Não é para humilhar nem comparar, mas os Estados Unidos possuem uma rede de estradas exemplar que somam 3.732.757 quilômetros. As ferrovias somam aproximadamente 240 mil quilômetros. O sistema aéreo também é bastante vasto e desenvolvido. O número de aeroportos chega a 14.893, mas 9.398 possuem pistas não pavimentadas.



O Brasil estragou tudo?

Revista “The Economist” esvazia otimismo do Governo



Ninguém no governo esperava que logo ela aparecesse para estragar a festa. Na sua última edição, a respeitada revista britânica “The Economist” abriu 14 páginas de sua edição numa capa com a seguinte manchete: “O Brasil estragou tudo?”.

A circulação da revista coincidiu com a presença da presidente Dilma Rousseff em Nova Iorque, onde fez um discurso a grandes investidores tentando atraí-los para nosso país. Embora dias antes as maiores multinacionais de petróleo não tenham mostrado qualquer interesse em um leilão do pré-sal da Petrobras, e não tenha aparecido nenhum interessado na concessão da BR 262 (MG-ES), a presidente tentou impressionar. Disse ela aos investidores:

- Estamos prevendo concessões de 10.000 quilôme-

tros de ferrovias, 7.500 quilômetros de rodovias, 5 aeroportos internacionais, 33 mil megawatts de energia e três leilões na área de óleo e gás (dois na forma de concessão e um de partilha).

Na saída da palestra de Dilma, realizada pela consultoria Goldman Sachs, no coração de Nova Iorque, as bancas estampavam a capa inesperada da “The Economist”, com um texto que se choca com o otimismo presidencial.

Em 2009, em meio à crise econômica mundial, a revista fez também um especial de quatorze páginas para ressaltar os anos de bonança do país, reproduzindo a imagem do Cristo decolando como se fosse um foguete. À época, a economia brasileira patinava, ainda sofrendo o impacto da turbulência nos Estados Unidos. Contudo, indicadores macroeconômicos

estáveis acabaram contando mais, para a Economist, do que a retração econômica de 2009, de 0,2%.

Para a revista, a falta de ação do governo Dilma é a principal razão para o chamado “voo de galinha” do país, jargão usado para denominar situações em que países ou empresas têm um crescimento disparado, mas que não se sustenta. “A economia estagnada, um Estado inchado e protestos em massa significam que Dilma Rousseff deve mudar de rumo”, informa a publicação.

E a infraestrutura?

O texto reconhece que outros emergentes também desaceleraram após o boom que teve o auge em 2010 para o Brasil. “Mas o Brasil fez muito pouco para reformar seu governo durante os anos de boom”, diz a revista. Um dos problemas apontados pela reportagem é o setor público, que “impõe um fardo particularmente pesado para o setor privado”. Um dos exemplos é a carga tributária que chega a adicionar 58% em tributos e impostos sobre os salários. Esses impostos são destinados a prioridades questionadas pela Economist. “Apesar de ser um país jovem, o Brasil gasta tanto com pensões como países do sul da Europa, onde a proporção de idosos é três vezes maior”, diz o texto que também lembra que o Brasil investe menos da metade da média mundial em infraestrutura.

Problemas antigos - A publicação reconhece que muitos desses problemas são antigos, mas Dilma Rousseff tem sido “relutante ou incapaz” de resolvê-los e criou novos, “interferindo

muito mais que o pragmático Lula”.

“Ela tem afastado investidores estrangeiros para longe dos projetos de infraestrutura e minou a reputação conquistada a duras penas pela retidão macroeconômica, induzindo publicamente o presidente do Banco Central a cortar a taxa de juros. Como resultado, as taxas estão subindo, atualmente, mais para conter a inflação persistente”, diz o texto. “A dívida bruta subiu para 60% ou 70% do PIB - dependendo da definição - e os mercados não confiam na senhora Rousseff”, completa o texto. A Economist chega a ironizar, chamando a presidente de “Dilma Fernández”, que é o sobrenome de Cristina Kirchner, presidente da Argentina.

Apesar das críticas, a revista demonstra otimismo com o futuro a longo prazo do Brasil. “Felizmente, o Brasil tem grandes vantagens. Graças aos seus agricultores e empresários eficientes, o país é o terceiro maior exportador de alimentos do mundo”, diz o texto, que menciona também o petróleo da camada pré-sal. A publicação elogia ainda a pesquisa em biotecnologia, ciência genética e tecnologia de óleo e gás em águas profundas. Além disso, lembra que, apesar dos protestos populares, o Brasil “não tem divisões sociais ou étnicas que mancham outras economias emergentes, como a Índia e a Turquia”.

A Economist afirma que a presidente Dilma ainda tem tempo para começar reformas necessárias, fundindo ministérios e cortando gastos públicos, caso esteja disposta a colocar a “mão na massa”. Mas, diante do atual cenário, a revista afirma que, ainda que a presidente esteja com foco no possível segundo mandato, os “eleitores brasileiros têm poucas razões para dar a ela a vitória”.

The Economist



A “bíblia”

The Economist é uma publicação inglesa de notícias e assuntos internacionais, com sede em Londres, na Inglaterra e que circula desde setembro de 1843. Sua circulação média é de 1,5 milhões de exemplares, cerca de metade dos quais vendidos nos Estados Unidos.

A postura editorial da publicação apoia o liberalismo clássico e econômico, é favorável ao livre-comércio e à globalização. Seu público são leitores altamente qualificados e tem uma audiência fiel de muitos executivos influentes e líderes políticos. É considerada como uma espécie de “bíblia” no mundo dos negócios.

Silos na propriedade

FAEP propõe um programa de incentivo à armazenagem



Nilson Hanke Camargo, engenheiro agrônomo e especialista em logística da FAEP

A falta de estrutura para armazenar os grãos é um dos grandes gargalos do agronegócio brasileiro. Diante dessa dificuldade, o Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP elaborou um estudo e constatou que a implantação de silos nas pequenas e médias propriedades não está longe de ser uma realidade. “A maioria dos fabricantes produz silos para armazenar de 20 a 30 mil sacas, ou seja, se torna inviável aos pequenos produtores. Mas identificamos empresas que fabricam silos às pequenas propriedades”, observa o engenheiro agrônomo e especialista em logística, Nilson Hanke Camargo, da FAEP.

O estudo da FAEP analisou três modelos de silos, com capacidade para 1.800, 3.250 e 5.150 sacas de 60 Kg, com valores entre R\$ 110 mil, R\$ 260 e 274 mil, respectivamente. Uma das ações que tornariam as aquisições de silos de pequeno porte mais acessíveis no Estado, seria a redução da taxa de juros do financiamento do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) do governo federal, operado através do BNDES, passando dos atuais 3,5% ao ano para 2,75%. Outra opção de

financiamento é através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem taxa de juro de 2% ao ano e um limite de R\$ 150 mil por beneficiário. Nas duas modalidades de financiamento (PCA e Pronaf) o prazo para pagamento é de 15 anos, com três anos de carência.

A FAEP também propõe a criação de um Programa Estadual de Incentivo à Armazenagem, com parcerias dos agentes financeiros e dos fabricantes desse tipo de armazém. “Outra medida é baixar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre estes equipamentos”, acrescenta.

As propostas foram apresentadas ao governo estadual no início de setembro e a FAEP está trabalhando para divulgá-las aos produtores rurais. No último dia 18 de setembro, Camargo apresentou uma palestra sobre o projeto em Toledo e, no próximo dia 18 de outubro, estará novamente por lá para apresentá-la durante a reunião do Núcleo do Oeste do Paraná (Nurespop). “É uma semente que a FAEP está lançando para criar um amplo programa ao produtor que deseja ter um silo na propriedade”, avalia.

O balanço do vazio da soja

Adapar emite 80 autos de infração neste ano



A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) emitiu 80 autos de infração durante o período do vazio sanitário da soja em 2013, que terminou no último dia 15 de setembro. Houve uma redução de 62% do número de infrações em relação a 2012, quando foram emitidas 130 infrações. Fatores climáticos e geadas, que não ocorreram no ano passado, podem ter contribuído para eliminar as plantas vivas em propriedades, carreadores e estradas.

O vazio sanitário é adotado no Paraná desde 2007 para evitar a incidência de focos da ferrugem asiática, doença provocada por fungos que atacam a planta. Outros 11 estados brasileiros e o Paraguai também adotam a medida.

A engenheira agrônoma Maria Celeste Marcondes, responsável pelo acompanhamento da medida sanitária na Adapar, lembra que os produtores são os maiores beneficiários da ação. “Onde há plantas que não são eliminadas durante o período do vazio sanitário, elas se tornam hospedeiras do fungo e podem contaminar as plantas novas quando se inicia o plantio da safra regular”, explica.

Assim, o custo da produção aumenta em função da necessidade da utilização de químicos no controle da doença e, conseqüentemente, culmina em danos ao meio ambiente.

O vazio sanitário tem duração de três meses: de 15 de junho a 15 de setembro. Durante esse período os técnicos da Adapar emitiram 244 notificações, alertando os produtores para a necessidade de eliminar as plantas vivas durante o período. Os autos de infração emitidos posteriormente compreendem a uma área de 1,7 mil hectares. Uma área mínima se comparada aos 4,6 milhões de hectares de área plantada de soja na safra 2012/13, o que subentende o comprometimento dos produtores rurais com a medida.

No entanto os números desse ano não podem diminuir a atenção dos produtores para a safra regular de soja que se inicia. “A ferrugem asiática é uma doença muito agressiva, é um problema sério no cultivo de soja. Deve ser dada a atenção necessária, com o monitoramento contínuo das lavouras, contando com o apoio da assistência técnica”, finaliza Maria Celeste.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 07 - SAFRA 2013/2014

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 26 de setembro de 2013 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em setembro de 2013 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2013/2014, que passam a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de julho de 2013 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM SETEMBRO 2013/2014 | SAFRA 2013/2014 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,58%	39,55	1,01%	37,05
AME	55,75%	44,09	48,09%	42,87
EAC - ME	2,43%	1.370,40	3,70%	1.368,65
EAC - MI	17,06%	1.279,96	15,57%	1.314,50
EA-of	0,11%	1.295,86	0,10%	1.333,11
EHC - ME	1,61%	1.199,82	6,15%	1.206,70
EHC - MI	22,08%	1.126,36	24,94%	1.146,84
EH-of	0,37%	1.142,48	0,45%	1.173,83

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 19,61% 1.291,28 19,36% 1.324,93
EHC - ME+MI+of 24,06% 1.131,52 31,54% 1.158,90

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,58%	0,4484	1,01%	0,4201
AME	55,75%	0,5019	48,09%	0,4880
EAC - ME	2,43%	0,4821	3,70%	0,4815
EAC - MI	17,06%	0,4503	15,57%	0,4625
EA-of	0,11%	0,4559	0,10%	0,4690
EHC - ME	1,61%	0,4405	6,15%	0,4431
EHC - MI	22,08%	0,4136	24,94%	0,4211
EH-of	0,37%	0,4195	0,45%	0,4310
Média		0,4715		0,4634

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 19,61% 0,4543 19,36% 0,4661
EHC - ME+MI+of 24,06% 0,4155 31,54% 0,4255

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2013/2014 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	0,84%	39,92
AME	55,41%	43,26
EAC - ME	1,91%	1.368,65
EAC - MI	12,24%	1.295,68
EA-of	0,05%	1.333,11
EHC - ME	4,15%	1.204,40
EHC - MI	25,18%	1.115,69
EH-of	0,23%	1.173,83

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	0,84%	0,4526
AME	55,41%	0,4925
EAC - ME	1,91%	0,4815
EAC - MI	12,24%	0,4558
EA-of	0,05%	0,4690
EHC - ME	4,15%	0,4422
EHC - MI	25,18%	0,4097
EH-of	0,23%	0,4310
Média		0,4644

PREÇO FINAL DA CANA BÁSICA R\$/TON

121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	50,71	56,64
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	50,71	56,64

Maringá, 26 de setembro de 2013.

PAULO ROBERTO MISQUEVIS | Presidente
ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO | Vice-Presidente



Bem estar animal

O Fundo do Desenvolvimento da Agropecuária do Estado Paraná (Fundeppec), promoveu no último dia 2 de outubro, na sede da FAEP, em Curitiba, reunião para discutir a criação do Comitê de Bem-estar Animal no Paraná. Participaram do encontro os integrantes de todo o grupo Fundeppec – FAEP, Sindicato da Indústria da Carne e Produtos Derivados do Estado do Paraná (Sindicarne), Associação Paranaense de Criadores de Búfalos (Abupar), Associação Paranaense de Avicultura (Apavi), Associação Paranaense de Suinocultores (APS), Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Oce-

par), Federação Paranaense das Associações de Criadores (Fepac), Sindicato dos Produtores de Gado de Corte e Gado de Leite do Paraná (SPGCGL-PR), Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do PR (Sindileite), Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).



Sobre o Cadastro Ambiental

Depois do Rio Grande do Sul, no último dia 28, o próximo lançamento do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) com a versão off-line do Cadastro Ambiental Rural (CAR), será no Estado do Rio de Janeiro. A expectativa é que o mesmo aconteça em todos os outros Estados, inclusive no Paraná. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pretende que o Cadastro comece a funcionar ainda esse ano. “Para o produtor é necessário que fique claro, que o prazo a ser contado para fazer o CAR, começa a partir da data da publicação do decreto que vai regulamentar o PRA e da Instrução Normativa que vai regulamen-

tar o CAR, que deverá sair até o fim do ano. Esse será o primeiro passo para o processo de regularização ambiental onde o produtor terá a oportunidade de declarar sua Reserva Legal e possíveis áreas excedentes, que poderão ser comercializadas”, lembra a engenheira agrônoma e técnica da FAEP, Carla Beck, que assessora a Comissão Técnica de Meio Ambiente da entidade. No Paraná o órgão responsável pelo processo de regularização do CAR é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A coordenação do trabalho ficará a cargo da engenheira florestal Mariese Cargnin Muchailh, diretora de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade.

ASTORGA



Mulher Atual

A segunda turma do Programa “Mulher Atual” de Astorga, conheceu de perto no dia 28 de agosto o Centro de Treinamento de Ibiporã. A visita foi acompanhada pela instrutora Fátima Bueno Bittencourt e pelo gerente administrativo do Sindicato Rural de Astorga, Ademil Dardengo. Participaram 21 produtoras rurais.

SANTA IZABEL DO OESTE



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Santa Izabel do Oeste organizou uma turma composta por participantes de várias comunidades do município, para o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - inclusão digital avançado. As aulas aconteceram nos dias 20, 27 e 28 de setembro com o instrutor Sandro Pio Passarin.

CAMPINA DA LAGOA



Culinária Básica

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - Culinária Básica nos dias 15 e 16 de agosto. As aulas aconteceram na cozinha do sindicato. O curso contou com a presença de 15 produtoras rurais que tiveram como instrutora Cleidimar Rocha de Oliveira.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Agrinho

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou em agosto o curso Programa Agrinho - Metodologia de Projeto. A instrutora foi Adriane Castanho de Lima Pereira. Um dos objetivos do curso é oferecer melhores condições aos alunos e professores de apresentarem projetos competitivos.

IBIPORÃ



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Ibiporã organizou, com apoio da FAEP, a visita de um grupo de 44 participantes do Programa Mulher Atual a 32ª Expoflora, em Holambra/SP. A viagem aconteceu no período de 13 a 15 de setembro.

SANTA MÔNICA



Turismo rural

A extensão de base no município de Santa Mônica do Sindicato Rural de Santa Isabel do Ivaí ofereceu o curso do SENAR-PR, Trabalhador em Turismo Rural - turismo rural e oportunidades de negócios para um grupo de produtores com o instrutor José Rivaldo dos Santos. A partir do curso e com apoio da prefeitura eles realizaram a 1ª Feira do Agricultor criando assim mais uma oportunidade de renda ao grupo.

MARIALVA



Artesanato

O Sindicato Rural de Marialva ofereceu o curso de artesanato em palha de milho – flores. Participaram do curso oito produtoras rurais com a instrutora Marli de Freitas Malacrida.

RIO AZUL



Segurança no trabalho

O Sindicato Rural de Rio Azul ofereceu nos dias 23 e 24 de setembro o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - primeiros socorros. A instrutora do grupo de 10 trabalhadores rurais foi Martila Verenka Galves.

O dilema venezuelano

Sem crise de abastecimento, o Brasil, em 2010, consumiu 4,708 bilhões de rolos de papel higiênico e, calcula-se, chegaremos este ano a 5 bilhões de rolos. Mas a vizinha Venezuela, volta e meia, se vê obrigada a importar papel higiênico. Os governistas justificam a medida dizendo que a população está comendo muito mais, depois que o regime bolivariano foi instalado. Já a oposição contrata argumentando que na verdade o governo quer forçar o povo a não comer para evitar o uso do papel.



Atraindo pernilongos

O Journal of Medical Entomology descobriu que pessoas com sangue tipo "O" ou pessoas que ingerem cerveja costumam ser os alvos preferidos de pernilongos e outros tipos de insetos que se alimentam de sangue. Se você é chegado em cerveja, ainda por cima tem o sangue tipo "O" e nos botecos a céu aberto há sempre uma esquadrilha de pernilongos te observando, tá explicado.



As estrelas

As estrelas brilham porque são sóis que ardem como o nosso e que, como ele, produzem calor e luz. Mas, como estão muito longe, muito mais que o nosso Sol, parecem-nos muito pequenas, como se fossem luzinhas. Há sempre estrelas no céu, mas não as vemos porque a luz do Sol é mais forte que a delas e as estrelas são menos brilhantes que ele. Por que não há Sol de noite?



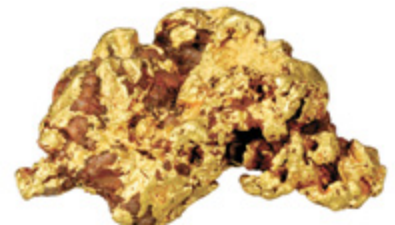
Não mate seu professor de português...

Nunca diga:

Menas: (o correto é sempre "menos", que não tem feminino) | **lorgute:** o certo é "iogurte" | **Mortandela:** o certo é "mortadela" | **Mendingo:** corrija para "mendigo". | **Trabisseiro:** o correto é "travesseiro" | **Cardaço:** corrija para "cadaço" | **Asterístico:** o certo é "asterisco".



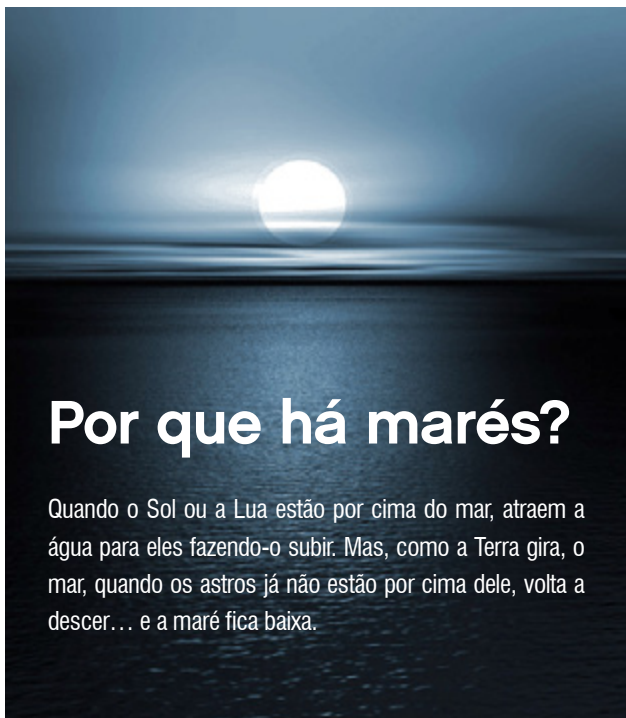
Ouro



Para saber qual a porcentagem de ouro que contém uma determinada liga, os americanos convencionaram determinar essa porcentagem através da quilatagem do metal (karat), simbolizado pela letra K. Dessa maneira, convencionou-se que o ouro 24K, considerado 100% puro, equivale a 999 pontos de ouro. Já o ouro 18K (o tipo mais usado pelas joalherias brasileiras), tem pureza de 75% do metal, ou seja, 750 pontos (também conhecido como ouro 750), enquanto que o 14K é 58% puro, equivalendo a 585 pontos.

Faça esse teste e tire suas conclusões:

1. digite os 4 primeiros algarismos de seu telefone | 2. multiplique por 80 | 3. some 1 | 4. multiplique por 250 | 5. some com os 4 últimos algarismos do mesmo telefone | 6. some com os 4 últimos algarismos do mesmo telefone de novo | 7. diminua 250 | 8. divida por 2 | **Que tal?**



Por que há marés?

Quando o Sol ou a Lua estão por cima do mar, atraem a água para eles fazendo-o subir. Mas, como a Terra gira, o mar, quando os astros já não estão por cima dele, volta a descer... e a maré fica baixa.

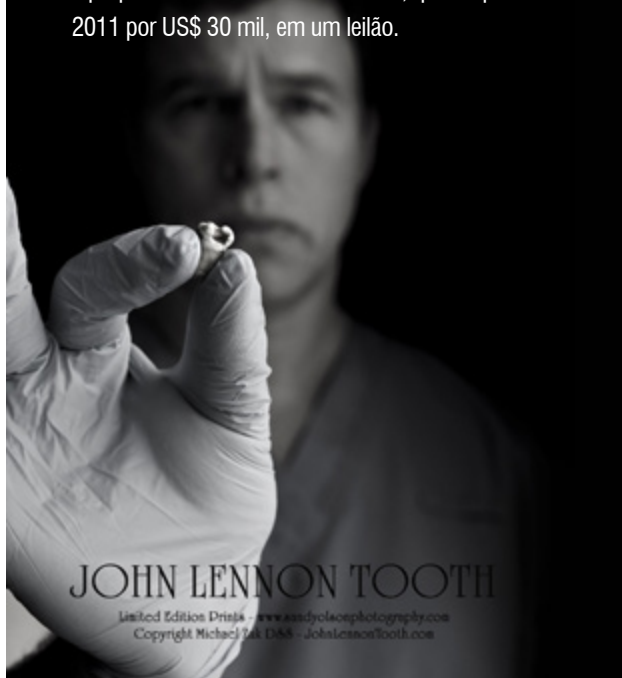
Antenas ligadas

As formigas possuem um sistema de comunicação muito peculiar através das antenas. Por questões de segurança, por exemplo, elas não aceitam intrusos em seus formigueiros. Por isso a necessidade de estarem sempre atentas ao menor sinal de invasão de alguma formiga estranha ou até mesmo doente, quando é imediatamente isolada do grupo. E as antenas fazem o serviço.



O dente de John Lennon

O dentista canadense Michael Zuk espera conseguir criar um novo John Lennon a partir de um dente do músico. A lógica usada por ele é a de que “se os cientistas acham que podem clonar mamutes, então John Lennon pode ser o próximo”. O dentista é proprietário de um dente do cantor, que adquiriu em 2011 por US\$ 30 mil, em um leilão.



JOHN LENNON TOOTH

Limited Edition Drijsk - www.sandyolacphotography.com
Copyright Michael Zuk D.D.S. - johnlennontooth.com



Há 100 anos

A produção em série desenvolvida por Ford foi iniciada em 7 de outubro de 1913 em sua fábrica em Highland Park. Este sistema foi idealizado após Henry Ford ter analisado experiências bem sucedidas como o moinho automatizado desenvolvido por Oliver Evans, a montagem de espingardas desenvolvida por Eli Withney e a produção de revólver de Samuel Colt.

REGRINHAS PARA VOCÊ ACHAR O MUNDO “BÃO”

Começa cedo. Ao nascer a nossa primeira reação é abrir o berreiro e a explicação é que o bebê está eliminando os líquidos acumulados na gestação absorvendo oxigênio. Essa é a explicação médica, mas há quem diga que o choro é para o novo cidadão ir aprendendo desde cedo sobre o que virá pela frente em terra firme.

Como é inevitável que à medida que vamos crescendo os problemas vão aumentando, eis algumas regras práticas para você ficar de bem com a vida, achar que o mundo é “bão” e a felicidade até existe. Elas formam um conjunto de atitudes que alguns chamam de “ética da reciprocidade”. Se você está à beira do suicídio por não aguentar mais os chatos, veja a fórmula de contorná-los.

- **Pratique empatia.** Crie o hábito de se colocar no lugar de outra pessoa. De qualquer pessoa – um familiar, amigo, colega de trabalho ou até um estranho.
- **Pratique compaixão.** Depois de compreender as outras pessoas e perceber aquilo que sentem e vivem, aprenda o que é querer terminar com o seu sofrimento.
- **Seja simpático.** Quando em dúvida, seja sempre simpático para com os outros. Quem não gosta de se sentir bem-vindo e desejado?
- **Seja prestativo.** Este pode muito bem ser uma das grandes

fraquezas da sociedade do século XXI. É claro que existem muitas pessoas que se desdobram para serem prestativas, mas em geral, as pessoas preferem manter-se nas suas próprias vidas e “ignorar” um pouco as dificuldades dos outros.

- **Como gostaria de ser tratado?** Na sua essência, não significa que deve tratar alguém exatamente da mesma forma como gostaria de ser tratado, mas sim que deve tentar imaginar a forma como essa pessoa gostaria de ser tratado e agir de acordo com esse desejo.
- **Seja educado no trânsito.** As pessoas são extremamente egoístas quando estão no volante, buzina, gesticulam, gritam palavões. E daí? De repente um maluco reage armado. A boa educação no trânsito ajuda a si próprio e reduz atritos inesperados, além de baixar a pressão arterial.
- **Ouça as outras pessoas.** Infelizmente, mais uma fraqueza: todos querem falar, mas poucos querem ouvir... no entanto, queremos que os outros nos escutem atentamente.
- **Evite controlar os outros.** Ninguém gosta de ser controlado, mas há quem insista em fazê-lo. Não o faça!
- **Mude.** Quer que as outras pessoas o tratem com delicadeza e compaixão? Então dê o exemplo. Se o mundo não mudar, pelo menos você mudou.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br